

**SENADO FEDERAL**  
**SENADOR JARBAS VASCONCELOS**

**“DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO”**

**Coletânea de discursos do Senador Jarbas Vasconcelos**

A Novela Ministerial

A Necessidade de Fazer Oposição

Em Defesa do Estado de Direito

JUNHO – 2007

**SENADO FEDERAL**  
**SENADOR JARBAS VASCONCELOS**

*“Hoje vivemos uma situação desconfortável, uma situação desfavorável, mas não devemos tergiversar, temos a obrigação moral e cívica de não capitular”.*

*(Extraído do discurso “A Necessidade de Fazer Oposição”)*

BRASÍLIA – 2007

## **“DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO”**

Coletânea de discursos do Senador Jarbas Vasconcelos  
na Tribuna do Senado Federal.

### **ÍNDICE**

A Novela Ministerial (29.03.2007) .....	Pág. 04
A Necessidade de Fazer Oposição (19.04.2007) ...	Pág. 12
Em Defesa do Estado de Direito (09.05.2007).....	Pág. 23

## **“A NOVELA MINISTERIAL”**

(29.03.2007)

*Discurso no qual o Senador Jarbas Vasconcelos avalia a composição do Ministério do segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)**  
pronuncia o seguinte discurso:

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos aqui no Senado sabem o carinho especial que o Presidente da República tem para com as metáforas futebolísticas e as referências familiares. Elas estão sempre presentes nos seus discursos, nas suas análises do Governo e até mesmo de questões mais prosaicas. Para quem aprecia tais divagações, trata-se até de uma forma apropriada de aliviar a rispidez dos pronunciamentos oficiais. Há quem goste.

Agora, na montagem do Ministério do seu segundo mandato, o Presidente Lula apresentou uma nova faceta inspiradora: a vocação para autor de novelas. Como um redator ainda inexperiente, o Presidente expôs personagens à galhofa da opinião pública, transformou heróis em vilões e fez reviravoltas inesperadas, típicas de quem ainda não dominou as regras do bom roteiro.

Aqui temos muitos Ex-Governadores e Ex-Prefeitos que conhecem de perto as dificuldades para a montagem do secretariado, especialmente quando o governo resulta de uma ampla aliança política. Mas também sabemos que, nesses casos, a rapidez e a firmeza são o melhor caminho para se evitarem

problemas, seja na hora de anunciar os escolhidos, seja na hora de cobrar as metas estabelecidas.

Quando começou a costurar a chamada "coalizão", o Presidente Lula afirmou que "montar um Governo é 50% do sucesso do Governo". Estava certíssimo. Mas hoje fica dúvida sobre se essa montagem que aí está representou realmente essas intenções presidenciais.

Como é corriqueiro na maneira de o Presidente da República fazer política, ele mandou diversas mensagens cifradas por meio de alguns dos seus interlocutores. Esses "recados", que variaram ao sabor do vento, eram sempre destinados aos integrantes mais afoitos da coalizão governista, que pressionavam por uma definição de espaços na Esplanada dos Ministérios. E a impaciência afetou a todos. Não escapou um só dos partidos governistas.

Uma dessas mensagens presidenciais mais emblemáticas apresentava a versão de que o Chefe de Governo estava muito satisfeito com a equipe que encerrava seu primeiro mandato, um ministério com um perfil bem mais técnico e operacional do que aquele que tomou posse em janeiro de 2003, abarrotado de "companheiros" derrotados. Se estava satisfeito com o Ministério, por que mudar?

Esse comportamento pendular termina passando a imagem de que o Presidente de República está sendo obrigado pelos partidos a alterar uma equipe que vinha funcionando. A reforma ministerial seria um expediente criado apenas para atender à voracidade da coalizão, em detrimento de um perfil técnico mais afinado com as necessidades do País neste momento.

Numa demonstração de que a sigla do Programa de Aceleração do Crescimento caiu no gosto do Governo, alguns ministros se apressaram em criar o PAC disso, o PAC daquilo, na tentativa de se manterem onde estavam.

Aqui tenho que fazer uma ressalva: torço para que o PAC não se transforme em mais um Fome Zero, que começou 2003 como marca internacional e terminou 2006 como uma vaga lembrança, substituído pelo mais viável Bolsa-Família.

A estratégia funcionou e, em alguns casos, a exemplo dos Ministros da Educação e da Saúde, contou até com a força do Presidente da República. Ambos foram elogiados de público e receberam sinal verde para tocar o trabalho em frente.

Por coincidência ou não, Sr. Presidente, essas duas pastas foram objeto da agora clássica declaração do Presidente de que "com Saúde e Educação não se brinca". Descoberta recente na conduta administrativa de Sua Excelência, visto que, na Educação, após demitir com deselegância o Senador Cristovam Buarque, homem com histórico conhecimento e competência na área, nomeou para sucedê-lo ministros que não deram continuidade administrativa a projetos já iniciados, desperdiçando tempo e esforços de uma área tão carente.

Quanto a não brincar com a Saúde, espero que não seja apenas mais uma figura de retórica criada para temperar os intermináveis discursos do Presidente, pois uma área atacada por toda sorte de escândalos de corrupção, como o dos "sanguessugas", não suportaria mais quatro anos de desmandos.

Ao priorizar a Saúde e a Educação, em um Governo integrado por 37 pastas no primeiro escalão, o Governo acendeu a luz vermelha para 35 outros setores que, pelo seu raciocínio presidencial, poderiam ser partidarizados ou, na pior das hipóteses, cujos Ministros poderiam transformar suas pastas em grandes parques de diversões.

É bom que a cautela observada na manutenção dos Ministros seja seguida também nos demais escalões da Administração Pública Federal – etapa da reforma ministerial que começa a partir de agora. Já ficou comprovado que não basta apenas o bom exemplo de um Ministro honesto e correto. Quem lembra os escândalos de 2005 e 2006 sabe do que estou falando.

Quiçá o Presidente da República devesse ter incluído o Ministério da Justiça nessa sua relação anti-brincadeira, pois a indicação de um nome do Partido dos Trabalhadores para comandar a Polícia Federal colocará uma grande interrogação em todas as operações que o órgão tiver que realizar a partir de agora.

No primeiro mandato do Presidente, a Polícia Federal atuou de forma operosa, muitas vezes atingindo integrantes do Governo e do PT.

Não é minha intenção fulanizar esta avaliação do novo Ministério, até porque o que está em questão não são as pessoas em si, mas as escolhas feitas pelo governante e suas eventuais conseqüências. No caso do novo titular da Justiça, tenho do Ministro Tarso Genro as melhores referências. Como Governador de Pernambuco, mantive com S. Ex<sup>a</sup> uma boa relação de cordialidade e respeito mútuos. Mas o fato concreto é que, a partir de agora, toda e qualquer operação da Polícia Federal que

envolva partidos políticos ou seus integrantes, especialmente os da Oposição, ficará sob uma sombra de desconfiança, para não dizer sob suspeita.

Já afirmei em outras oportunidades, aqui mesmo, nesta tribuna, que integro a Oposição, mas não pretendo torcer para o Governo dar errado, pois as consequências sempre sobram para a população, em especial para aquela que mais precisa das ações governamentais. Talvez o exemplo mais gritante disso seja o “apagão aéreo”, que, desde novembro de 2006, divide o noticiário nacional com a montagem do novo Ministério.

Por essa razão, Sr. Presidente, também não considero viável atender ao pedido do Presidente para que só se faça oposição em 2010. Esses acenos de trégua vêm e vão ao sabor das conveniências de quem está à frente do Governo. Como alertou recentemente o jornal espanhol *El País*, ao analisar a proposta do Presidente brasileiro, não é bom para a democracia a ausência do contraditório.

Nem a ditadura militar instalada em 1º de abril de 1964 conseguiu calar a contestação, o questionamento. Tentou, mas não conseguiu. Cabe a nós da Oposição fazer uma fiscalização responsável. Cabe ao Governo cumprir suas promessas e suas obrigações. Diálogo sim, sempre. Adesão não.

Sr. Presidente, de quem é a responsabilidade pelos problemas ocorridos no vai-e-vem do Ministério da Agricultura: do PMDB ou do Presidente da República? Em nenhum momento se discutiu o que fazer com a agricultura brasileira, que, apesar de exuberante, tem enfrentado muitos problemas, exatamente por ser o



setor da economia mais vulnerável à política econômica do Governo.

A relação do Presidente da República com o setor é tão problemática que até quando ele tenta elogiar termina prejudicando. Até por isso ele deveria ter mais cautela na escolha de quem iria comandar a pasta.

Também temos a questão do Ministério do Turismo, para o qual foi indicada a Ex-Prefeita Marta Suplicy, que esteve cotada, inicialmente, para o das Cidades, depois para o da Educação e terminou confirmada como substituta do Ministro Mares Guia.

A nova Ministra terminou, de certa forma, expressando um pouco de frustração ao dizer que o Ministério seria "superturbinado". Sincera, logo que foi confirmada para a função, ela disse que só iria falar depois de conhecer a área para a qual foi indicada.

E qual seria a razão de a pasta do Turismo ser superlativamente beneficiada nesta nova fase? Uma reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*, no último dia 20, talvez explique a motivação. De acordo com o jornal, a Ministra teria o aval do Presidente da República para deixar o Governo no próximo ano com o objetivo de disputar a Prefeitura de São Paulo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, projetos eleitorais antecipados são péssimos conselheiros, ainda mais se tratando do trabalho de um Ministério que exige uma ampla visão nacional, como é o caso do setor do turismo. O Ex-Ministro Mares Guia conseguiu dar boa dimensão à Pasta, o que não pode ser prejudicado por causa de ambições eleitorais, ainda mais porque, caso a nova Ministra decida disputar as eleições de 2008, ela terá que deixar o cargo exatamente daqui a um ano.

Quando foi firmada, a coalizão se apresentou como um acordo político em torno de compromissos específicos. No final, prevaleceu o de sempre: quem vai ficar com mais cargos.

O ônus político de uma escolha equivocada sempre será do governante, mesmo que um ministro ineficiente possa ser substituído a qualquer hora pelo Presidente.

O mais preocupante em toda essa novela ministerial é que falta conteúdo ao roteiro; falta dizer a que veio este segundo mandato do Presidente Lula, assegurado nas urnas por uma expressiva vitória eleitoral. Não se fala mais naquele testamento da coalizão, cujo primeiro ponto era exatamente a reforma política.

Durante as cerimônias de posse, que se tornaram uma rotina nas últimas semanas, inclusive no dia de hoje, o Presidente não disse uma palavra sobre os rumos da Administração, sempre preferindo as brincadeiras e as metáforas. No máximo um ministro recém-empossado apresenta um conjunto de boas intenções, algumas idéias vagas, mas nada que possa ser apontado como fruto de objetivos consistentes. Restou o PAC e nada mais.

O PAC é uma iniciativa tardia mas importante, que não deve ser confundida com a solução para todos os problemas, que não deve ser apresentada ao País como a pedra filosofal do desenvolvimento, transmutando ausência de infra-estrutura em expansão e distribuição de riquezas.

Ou o Governo “casa” seu programa prioritário com as reformas institucionais, ou o PAC será apenas mais uma sigla que não deu certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## **“A NECESSIDADE DE FAZER OPOSIÇÃO”**

(19.04.2007)

*Discurso no qual o Senador Jarbas Vasconcelos alerta os partidos de Oposição para não se perderem em querelas, o que beneficiaria o Governo Lula*

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)**  
pronuncia o seguinte discurso:

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meu objetivo aqui é prestar um alerta às forças de oposição ao Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, grupo ao qual estou integrado. No discurso que aqui fiz, desta tribuna, em 1º de março passado, falei do direito de exercer o contraditório, de respeitar o resultado soberano das urnas, que escolheu quem vai governar e quem, na Oposição, vai fiscalizar.

Dos idos de março para cá, percebo que, no Brasil dos tempos atuais, exercer a oposição é mais do que um direito, é uma necessidade, diante da estratégia clara e determinada do Presidente da República de se tornar unanimidade, de cooptar a todos.

Este Senado Federal deve ser hoje a principal trincheira de resistência à submissão total aos interesses do Governo.

Não foi por outra razão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, que o Presidente da República reclamou dos Senadores do PT, de que eles não estavam defendendo o Governo. Ele sabe que nesta Casa jamais terá a unanimidade que tanto ambiciona.

Nosso papel na oposição é parecido com aquele dos 21 Senadores que aceitaram se filiar, há 41 anos, ao Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, viabilizando a organização de um partido de resistência ao Regime Militar. Hoje vivemos uma situação desconfortável, uma situação desfavorável, mas não devemos tergiversar, temos a obrigação moral e cívica de não capitular.

Naquela época do MDB, talvez fosse até aparentemente mais fácil ser oposição, pois era quase uma batalha do bem democrático contra o mal totalitário. Mas a consequência da atuação oposicionista naquele tempo era a perda de mandato e, em muitos casos, a perda da vida.

É evidente, Sr. Presidente, que a hegemonia política do atual Governo é legítima, ela foi conquistada nas urnas, ao contrário do regime que se instalou no Brasil em 1º de abril de 1964, após um golpe de Estado. Por outro lado, a história da humanidade mostra que muitas vezes o autoritarismo nasce de episódios aparentemente banais, respaldados numa pretensa inspiração popular. Em nome do povo já foram cometidos os mais bárbaros desatinos da natureza humana.

A criação do velho MDB é um exemplo de que é possível construir uma alternativa de poder, mesmo em condições desfavoráveis.

Muitas pessoas afirmam que o MDB foi criado pelo Regime Militar para ser o partido do "sim, senhor". Não é verdade.

Naquele momento, ao extinguir os partidos criados após 1946, o Regime desejava a extinção de toda e qualquer oposição partidária e parlamentar. O

MDB foi uma pedra no sapato. Foi o partido do “não, senhor”, de que as coisas não funcionariam como o Regime pretendia.

Hoje, Sr. Presidente, a verdade precisa ser dita; e não me compreendam mal. A oposição ao Governo Lula errou no passado, quando subestimou a capacidade do PT e do Presidente de se recuperarem do maior escândalo político da história recente do Brasil. Não devemos errar novamente, ficar atônitos diante da atual popularidade do Presidente Lula.

Temos o dever de resistir. Insisto na tecla de que o nosso papel como opositores é essencial para a democracia brasileira. Não vamos repetir o equívoco cometido pela oposição na Venezuela, que abriu mão do enfrentamento parlamentar, permitindo que o Governo do Presidente Hugo Chávez estabelecesse uma vitória por WO, para usar uma metáfora futebolística, que o Presidente Lula aprecia tanto.

O estilo do Presidente Lula é diferente daquele do Presidente Chávez, mas o objetivo de ambos é o mesmo: manterem-se no poder a todo custo.

Sr. Presidente, quem lutou para restabelecer a democracia no País não pode ouvir passivamente pretensas negociações com o Governo que passem, por exemplo, pelo fim do instituto da reeleição. Eu sou contra.

Digo isso com a tranquilidade de quem nunca foi muito simpático à sua implantação. Tanto, que estava propenso a não disputar a reeleição para o Governo de Pernambuco em 2002. Terminei cedendo por conta de questões internas da nossa aliança política naquele Estado.

Acredito que teria sido mais conveniente para o Brasil se a reeleição fosse implantada por etapas, começando pelo Presidente da República, passando pelos Governadores e só depois sendo estendida aos Prefeitos. Mas essa hipótese ficou no passado. Temos que cuidar agora do futuro, sem repetir os erros no presente.

Colocada em prática há menos de dez anos, a reeleição não pode ser responsabilizada por todas as distorções que são quase inerentes ao exercício do Poder Executivo no Brasil. Acabar com a reeleição agora, atendendo a interesses momentâneos, só vai corroborar as acusações feitas pelo PT quando estava na oposição, de que a medida teve o único objetivo de beneficiar o Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A reeleição deve ser mantida, mas é necessário seu aperfeiçoamento, o que pode ser feito no âmbito da Reforma Política. Sua extinção neste momento é mero casuísmo que só beneficia o Governo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ser oposição não é condenar as medidas corretas, acabar com os projetos que dão certo. Nosso papel é de aperfeiçoar boas propostas, de ampliar o que funciona. Mas nosso papel também é apontar erros decorrentes da prepotência governamental, da soberba criada pela volúvel popularidade, em detrimento da sólida credibilidade.

Não é compreensível, Sr. Presidente, que a oposição assista passivamente à bandeira da estabilidade econômica no Brasil ser incorporada cinicamente pelo PT e pelo Presidente Lula. Logo eles, que a combateram com todas as armas em duas

eleições presidenciais, em 1994 e em 1998. Fizeram o mesmo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que vez ou outra falam em mudar.

Já as privatizações foram demonizadas pelo Governo, apesar de os seus resultados políticos terem colaborado tanto para a redução dos gastos públicos e a ampliação das receitas na balança comercial brasileira, não esquecendo o acesso que os pobres, que os cidadãos de baixa renda tiveram ao telefone, por exemplo. O motorista, a costureira, a manicure, o pessoal de baixa renda nunca imaginou que a classe média, que sofreu tanto para se inscrever numa telefônica e comprar uma linha telefônica, pudesse ter acesso, como hoje qualquer brasileiro pode ter, a uma linha de celular.

A oposição não pode continuar se perdendo em querelas menores como essa questão, Senador Mão Santa, da CPI do Apagão Aéreo, se ela será feita no Senado ou na Câmara dos Deputados. Isso é de menor monta.

Conclamo os companheiros da oposição a deixar de lado o que nos afasta, o que contribui para tornar esmagadora a hegemonia governista. O MDB também era dividido entre "Autênticos" e "Moderados", mas mesmo assim soube construir entendimentos. É verdade que não temos um Ulysses Guimarães para ajudar nesse trabalho, mas teremos que nos costurar com nossas próprias linhas.

O PSDB, o DEM, o PPS, o PV, o PSOL e os dissidentes de outras legendas como o PMDB e o PDT precisam atuar mais de forma conjunta, em especial na atuação no Parlamento. Essa união não implicaria uma



aliança com objetivos eleitorais, mas é necessária para enfrentar a coalizão governista aqui no Senado e na Câmara dos Deputados.

Coordenar poucos e bons pode trazer os mesmos resultados de se comandar muitos. Tudo depende da organização. É necessário ter flexibilidade na ação política e intransigência quanto aos princípios. Essa é a receita para nós da oposição. Não vamos ser seduzidos por elogios fáceis.

Sr. Presidente, “não há nada mais tirânico que um Governo que pretende ser paternal”, disse certa vez Napoleão Bonaparte, tantas vezes aqui citado pelo Senador Mão Santa do Piauí.

Essa frase talvez resuma a situação política vivida pelo Brasil neste início do segundo mandato do Presidente Lula. Eleito por maioria expressiva dos votos, o Presidente montou uma ampla coalizão político-partidária – a mais ampla da história recente do País – embora seus pressupostos sejam amplamente conhecidos, na prática do toma-lá-dá-cá e do loteamento de cargos.

Esse aparente sucesso, no entanto, não pode levar o Governo e seus aliados a acreditarem que não existe um outro caminho viável para governar o Brasil.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, embora o vazio do plenário não estimule muito a atividade parlamentar nos dias atuais.

**O Sr. Mão Santa (PMDB-PI)** – Senador Jarbas,  
V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)** –  
Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PMDB-PI)** – Senador Jarbas, V. Ex<sup>a</sup> sempre teve um papel fundamental no renascer da democracia. V. Ex<sup>a</sup> foi bem claro quando disse do perigo. Tem que se entender o que é a democracia. A democracia veio justamente para diminuir o poder do absolutismo, do totalitarismo. Aí veio a inteligência humana por meio de Montesquieu e tripartiu esse poder. Mas o nosso tem um tripé. O nosso, só o nosso. Atentai bem, Senador Raupp: um é fazer leis, leis boas e justas, a exemplo das leis de Deus. Não fazemos. É ridícula hoje a situação da democracia. Está aqui a Constituição, beijada por Ulysses em 5 de outubro de 1988. Desobedecer a Constituição é rasgar a bandeira. Há duzentos e cinquenta artigos na Constituição Cidadã, e já temos mais de trezentos e cinquenta medidas provisórias. Ou seja, quem está fazendo a lei é o Executivo e está sendo absoluto. Agora, pasmem, quando pessoas entregam aquele outro pé do poder Legislativo, que é fiscalizar o Governo, e a CPI é o instrumento mais forte para tal.

Mas há os que não querem permitir e se escusam a colocar sua assinatura. Então, os que se escusaram de assinar as CPIs são coveiros do Poder Legislativo. E o outro, ao qual V. Ex<sup>a</sup> está seguindo, é Teotônio Vilela, que heróico, moribundo, definiu que a função soberana do Parlamento era o falar, sobreviver falando e falar sobrevivendo. E V. Ex<sup>a</sup> está aí mostrando a Nação que temos que resguardar a democracia. E é como Eduardo Gomes dizia: “A eterna vigilância é o preço da liberdade democrática”.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE)** –  
Acolho o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que só faz enriquecer nossas colocações, nesta tarde, no plenário do Senado.

Ouçó o nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT–SP)** –  
Prezado Senador Jarbas Vasconcelos, embora V. Ex<sup>a</sup> se dirija hoje mais a seus colegas de Oposição, em verdade V. Ex<sup>a</sup> fala para todos os brasileiros e para todos os seus colegas no Senado, inclusive os que são da Base de apoio. Temos grande respeito pela vida de V. Ex<sup>a</sup> e pela reflexão que hoje faz. Eu gostaria de poder ver no Brasil um Chefe de Governo, um Presidente da República que pudesse sempre dizer a cada Senador e Deputado: “Olhe, procure sempre votar de acordo com aquilo que considere melhor o País, para seu Estado, para o interesse público, e não porque qualquer pessoa de sua preferência tenha sido colocada em qualquer posto na Administração Pública, Ministério ou empresa estatal, ou porque tenha sido liberada tal verba de emenda, ou coisa assim”. Pelo menos essa foi a maneira como aprendi a ser Parlamentar, na Oposição ou na Situação. Considero que essa seja a maneira correta de cada um de nós estarmos votando. Então, quando V. Ex<sup>a</sup> diz que gostaria de ver o Chefe de Governo atuar de uma maneira que levasse sempre em conta o maior interesse do País, então, ele poderá dialogar com V. Ex<sup>a</sup> e com os membros da Base de apoio e da Oposição de forma a mais adequada e muito respeitada sempre por todos. As considerações que V. Ex<sup>a</sup> faz, de análise crítica, daquilo que está se dizendo pelos meios de comunicação é saudável e é importante, também, o Presidente Lula ouvir, e não somente os membros da Oposição. No que diz respeito à outra reflexão de V. Ex<sup>a</sup>, o direito de

reeleição, também não fui favorável ao direito de reeleição.

Eu não estava à frente do Executivo como V. Ex<sup>a</sup>, que mencionou ter resistido muito à idéia de se candidatar novamente porque, em princípio, era contrário ao direito de reeleição. Acho que não é saudável para o Brasil essa idéia, e, se aqui for votado, votarei pela extinção desse direito. Acho importante que não haja, da parte do Presidente Lula tal interesse. E vou transmitir a V. Ex<sup>a</sup> o que ouvi dele pessoalmente, quando há duas terças-feiras, ele jantou em minha residência com a Bancada de Senadores do PT. É fato que ele chegou a fazer uma brincadeira bem-humorada no início da consideração sobre o tema, ao dizer que está gostando muito de ser Presidente, o que é natural...

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)** – Geralmente é assim que começa.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP)** – Ele introduziu essa idéia para, em seguida, dizer, com muita seriedade, que para nós do Partido dos Trabalhadores será inadmissível propor outra reeleição. Seria como um atentado contra a democracia. Nesse ponto, estou de pleno acordo e quero até que fique bem claro isso, porque, às vezes, se diz que haveria pessoas interessadas em reeleição. Mas Sua Excelência, então, disse-nos, a nós do PT, para sequer cogitarmos essa hipótese. Quero cumprimentá-lo pela reflexão muito importante que V. Ex<sup>a</sup> traz hoje ao Senado Federal.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)** – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. É sempre uma alegria, acredito que para mim e para todos que integram esta Casa, a sua participação nos debates.

V. Ex<sup>a</sup> é um homem sério, uma pessoa coerente, bom companheiro, tanto aqui no plenário quanto nas Comissões, e com a qualidade, não muito comum hoje nos homens públicos, de manter a sua coerência e de levar as coisas com seriedade.

Eu tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> é um daqueles que, sendo guindado a uma posição executiva - que me parece não ter ocupado ainda - teria um zelo também incomum com a coisa pública, com o dinheiro público. De forma que sua participação é sempre enriquecedora. Ela se dá sempre de maneira corajosa, aberta e transparente.

V. Ex<sup>a</sup> me perguntou antes sobre o que eu iria falar. Eu lhe disse que seria uma análise da necessidade de fazer oposição. Quando vim aqui, no dia 1º de março, fazer o meu primeiro discurso, falei do direito de fazer Oposição; agora, falo da necessidade de se fazer Oposição. Evidentemente que isso não envolvia V. Ex<sup>a</sup>. Praticamente, estou me dirigindo aos meus companheiros, não do PMDB, onde sou altamente minoritário, mas ao conjunto da Oposição brasileira. Eu agradeço e incorporo, com muito gosto, o discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, estou terminando e gostaria, inclusive, de agradecer-lhe a gentileza, sempre comum aqui na Casa, e a tolerância para com o orador.

Da eleição de Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral até hoje, passando pelos Governos José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique, todos deram sua contribuição para o Brasil. Evidentemente - uns mais e outros menos. Desconhecer essa contribuição também é soberba.

Sr. Presidente, se a Oposição abdicar do seu papel, as implicações dessa lamentável decisão serão sentidas no futuro, pois o Presidente Lula talvez não queira apenas eleger o seu sucessor, mas, com o fim da reeleição, se manter na Presidência da República.

Muito obrigado.

## **“EM DEFESA DO ESTADO DE DIREITO”**

(09.05.2007)

*Discurso no qual o Senador Jarbas Vasconcelos alerta para os excessos cometidos nas operações realizadas pela Polícia Federal. O Senador afirma que ninguém pode estar acima da lei*

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)**  
pronuncia o seguinte discurso:

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aqui mesmo nesta tribuna já tive a oportunidade de elogiar o trabalho desenvolvido pela Polícia Federal, que, em diversas operações exitosas por este País afora, tem enfrentado o crime. Mas, no mesmo tom em que destaquei este trabalho, quero fazer um alerta para os excessos cometidos. Essas operações se transformaram num verdadeiro *show*, no qual o espetáculo vem substituindo, de forma preocupante, o respeito ao Estado de direito.

O que antes era considerado excesso de determinado delegado passou a ser a regra. Não podemos aceitar essa exacerbação do autoritarismo, que nos lembra aquela parábola do vizinho. Todos conhecem a história: num dia levaram o meu vizinho judeu, e eu não me incomodei; no outro, o vizinho comunista, eu também não reagi; no dia seguinte, foi a vez do meu vizinho católico, continuei calado; no quarto dia vieram e me levaram, mas já não havia ninguém para reclamar.

Os excessos são diversos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como o “vazamento” da quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico, muitas vezes sem o devido respaldo; há apreensão de materiais que não têm nada

a ver com a investigação em curso; há colocação de algemas em acusados que não oferecem resistência ou ameaça. Como afirmou a OAB, ninguém está acima da lei, nem a polícia, nem a magistratura, nem a advocacia. Todos devem cumprir o ordenamento legal.

Este alerta serve também para o magistrado que autoriza essas ações. E por que não dizer que serve de alerta também para este Parlamento em relação ao trabalho desenvolvido pelas Comissões Parlamentares de Inquérito. Se essa avaliação não for feita, se não questionarmos os erros, vamos num crescendo que coloca em risco as instituições democráticas, criando um verdadeiro estado policial.

Contra esse comportamento espetaculoso se levantaram algumas personalidades e instituições importantes da República, como a OAB, o Ministro Gilmar Mendes, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, e o advogado José Paulo Cavalcanti Filho, que ocupou a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça durante o Governo José Sarney.

Em entrevista ao jornal *Gazeta Mercantil*, o Ministro Gilmar Mendes criticou o que chamou, de forma apropriada e pertinente, de “modelo espetacular de ação policial”. O Ministro, com profundo bom senso, afirmou que no Estado de direito não devemos estimular essa ação espetaculosa. E o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal alertou: “Tenho sérias reservas quanto a essas ações policiais televisadas, anunciadas, e tenho, realmente, sérias dúvidas sobre a sua legitimidade constitucional”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, não pretendo aqui entrar no mérito de nenhuma das



dezenas de operações realizadas por todo o País, pois “fulanizar” essa discussão seria tirar o foco do principal, que é o respeito ao Estado de direito, o respeito às normas democráticas que lutamos tanto para proteger e resgatar durante dois longos períodos de autoritarismo no século passado. Muitos especialistas afirmam que as polícias são a garantia do efetivo cumprimento das normas e do respeito ao Estado democrático. No caso da Polícia Federal, isso ganha uma outra dimensão, pois ela, diferentemente das outras forças, exerce com exclusividade o papel de polícia judiciária da União.

Todos nós já assistimos a episódios semelhantes acontecerem aqui mesmo no Brasil e em diversos países, e o final dessa história todos conhecemos. O autoritarismo sempre nos remete ao regime de exceção, com a quebra de todas as garantias individuais. Nesses tempos em que a diversidade política é trocada por uma cooptação sem precedentes, por uma unanimidade quase perniciosa em torno do atual Governo, quem vai proteger os direitos fundamentais?

Quem vai vigiar os vigilantes?

Sr. Presidente, em artigo publicado esta semana na *Folha de Pernambuco*, intitulado “Algemas do autoritarismo”, o jurista José Paulo Cavalcanti Filho vai mais longe e critica aspectos específicos da atuação da Polícia Federal, questionamentos com os quais concordo. Esse é o caso do uso das algemas. O regulamento da Polícia Federal é claro sobre o uso desse equipamento, para o qual só existem duas hipóteses, que são o risco de haver a fuga ou quando o acusado colocar em risco a integridade física dos agentes policiais.

Na maioria dos casos apresentados no horário nobre das TVs, esses riscos não existem. Por que, então, as algemas? Cada vez me convenço mais de que se trata de uma forma deliberada de humilhar, de passar a imagem para a opinião pública de que o atual Governo também prende ricos e poderosos. Em síntese, uma demonstração de abuso de poder.

O objetivo talvez seja alimentar o discurso do Presidente da República, sempre iniciado com um “nunca antes na história do Brasil”.

Talvez o Presidente, em uma dessas viagens pelo País afora, queira reforçar o improvisado, afirmando que a Polícia Federal, no seu Governo, prende grandes empresários, juizes, desembargadores, profissionais liberais.

E o que o Presidente da República e a própria Polícia Federal terão a dizer da não-conclusão, até hoje, do caso de Waldomiro Diniz, ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República? Waldomiro nunca foi algemado ou preso, mesmo tendo sido flagrado com a boca na botija. O mesmo se aplica ao Caso do Dossiê, montado pelos aloprados do PT em pleno período eleitoral do ano passado, marcado por acusações graves quanto aos procedimentos de investigação adotados pela Polícia Federal, que envolveram desde a coação de testemunha até a ameaça de demissão do delegado, que, após semanas, divulgou as fotos do dinheiro.

É interessante notar, Sr. Presidente, que a prática ilegal do vazamento de informações, em alguns casos, ensejam severas punições, enquanto que em outros são regra. Isso sem mencionar a prisão em flagrante, sem

algemas, em uma rinha de galos do marqueteiro oficial Duda Mendonça, que, após uma ligação para um amigo Ministro, conseguiu não somente escapar à punição, como punir os policiais que o prenderam. Por isso fiz restrições, recentemente, desta tribuna, ao fato de o Ministério da Justiça ser entregue a um petista, um ex-dirigente partidário.

A opinião pública talvez não perceba o terreno movediço em que está pisando, ao comemorar o espetáculo policial. Pode estar repetindo o erro do vizinho, na parábola da omissão, quando aqui iniciei a minha oração.

Na parcela da população menos esclarecida, não tenham dúvidas de que as recentes prisões atingiram seu objetivo. O autoritarismo encontra terreno propício para crescer na base da pirâmide, tão machucada pela impunidade e pela injustiça social. Não temo aqui pelo destino dos culpados, seja o bicheiro, seja o magistrado que vende sentenças, que têm de prestar contas à Justiça e à sociedade. Esses precisam ser punidos com severidade, como determina a lei.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, resolvi vir à tribuna hoje para defender o Estado de direito, as instituições democráticas, a Constituição e a própria sociedade. Vim chamar a atenção do Congresso e da Nação para a possibilidade de existência, entre tantos culpados, de um único inocente que jamais terá a sua vida de volta, após aparecer em rede nacional de TV como bandido, fraudador ou sonegador. Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Tasso Jereissati (PSDB–CE)** – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento de estadista – estadista, porque aquele homem público que não se importa de aparentemente estar nadando contra a maré; que não tem medo de fazer os alertas históricos e institucionais necessários, quando ninguém está prestando atenção no perigo que se avizinha; que não tem receio de ficar falando sozinho diante de uma ilha de fantasia que está sendo montada neste País. É extremamente importante e oportuno o alerta que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo.

O espetáculo que está sendo ardentemente montado para a televisão, no sentido de criar uma imagem pública de um Governo, abusando-se dos direitos individuais dos cidadãos, é absolutamente inaceitável. Se vivêssemos sob o império da lei, da punição aos que são culpados, isso já seria perigoso. Olhando, com maior atenção, como V. Ex<sup>a</sup> nos está mostrando, o quadro dos impunes, vemos Waldomiro. Onde anda Waldomiro? Alguém já viu alguma foto ou cena do Waldomiro algemado em algum lugar? E do Delúbio? Alguém o viu algemado em algum momento? Delúbio está preso?

Pergunto: Waldomiro está preso? E o carequinha? Onde está o Lorenzetti, que foi praticamente flagrado no caso do dinheiro ilegal, clandestino, passeando por aí? Alguém viu esse homem algemado? Vemos, de um lado, o espetáculo da impunidade para os que são amigos do rei e, de outro, o espetáculo da humilhação sem defesa prévia. Podem ser até culpados, e se forem culpados que sejam punidos. Mas um espetáculo de humilhação pública, propositada, com sentido de contrapor à imagem dos impunes amigos do rei. É um caminho – V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão – perigosíssimo. Já vimos esse

filme antes neste País. V. Ex<sup>a</sup> foi protagonista inclusive dessa época.

Portanto, eu queria lhe parabenizar pela oportunidade e pelo alerta que está fazendo à Nação, e espero que sirva para alguma coisa e que não seja apenas uma premonição do que pode vir aí pela frente.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)** – Agradeço muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, como sempre competente e de uma clareza muito grande. Ouço o nobre Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino (PFL-RN)** – Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento oportuno, em cima de um fato sobre o qual já, em diversas oportunidades, tive a chance de me manifestar: a espetaculosidade da ação de uma Polícia Federal que é patrimônio do povo brasileiro e que o Governo atual insiste em chamar de polícia republicana. O Senador Tasso Jereissati colocou com muita propriedade, repetiu o argumento que eu ia apresentar. Colocam, para que sejam filmados, ícones daquilo que o Governo entende como sendo os do andar de cima, como se fosse para demonstrar ao País que eles aplicam punição exemplar. Pegam os donos da Schincariol, os donos da Daslu e, agora, uma família ilustre de Pernambuco, com temas que são recrimináveis? Sim, são recrimináveis. Merecem punição? Merecem, sim.

Mas punição para valer. Não deles, de todos os que estão envolvidos. Que vá ao cerne da questão e que comece pelos de casa. O Governo, se quiser respeito, tem que começar pelos de casa. Entretanto, insiste em colocar permanentemente a sujeira debaixo do tapete. Cadê os waldomiros presos, os marcos valérios, os

silvinhos?! Delúbio está na festa de José Dirceu, brindando com um copo de cerveja, gostosamente, enquanto, demagogicamente, o Governo expõe, de propósito, para soltar fogos de artifício, espetaculosamente, aqueles que geram emprego, que podem até ter praticado crimes fiscais e que merecem ser punidos, mas não merecem ser execrados como sendo os representantes do malfeito. Pode falar, pode ser representante de malfeito quem aplica punição sobre os seus, e os seus, os deles, os waldomiros, os silvinhos, os delúbios estão todos soltos e nunca ninguém viu fotografia nenhuma deles nem na cadeia, nem muito menos com algema. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)** – Já tive oportunidade de, mais de uma vez, ouvir aqui V. Ex<sup>a</sup> fazer as mesmas denúncias.

**O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT-AC)** – Senador Jarbas Vasconcelos...

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT-AC)** – A Mesa tem todo o interesse em que V. Ex<sup>a</sup> conceda os apartes, mas apenas solicita aos Srs. Senadores atenção com o tempo do aparte, que é de dois minutos.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP-RJ)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE)** –  
Pois não, ilustre Senador.

**O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP–RJ)** –  
Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo importante discurso que faz nesta tarde. Assistimos a situações verdadeiramente gritantes e aviltantes nos últimos dias. V. Ex<sup>a</sup> sabe que milhares de empresas podem ter problemas com o Fisco – é coisa normal. Então cabe ao Fisco fazer um auto. Essas empresas fazem as suas defesas, vão ao Conselho de Contribuintes, vão ao Judiciário. Duas semanas atrás, uma empresa de cigarros, que o Fisco entendia que tinha alguns problemas fiscais, teve suas dependências invadidas, todo o material e a matéria-prima levados. E praticamente sete mil pessoas vão perder o emprego no Rio de Janeiro. Ora, Sr. Presidente, um problema fiscal não pode ser resolvido na base da violência. A empresa apresentou que está discutindo o assunto no Judiciário. E vimos: televisão, rádio, prisão, toda a matéria-prima colhida e sete mil pessoas na rua, que é consequência do abandono da legislação tributária trocada por um ato de violência. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo seu discurso.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE)** –  
Muito obrigado. Ouço o Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra (PSDB–PE)** – Senador Jarbas Vasconcelos, a palavra de V. Ex<sup>a</sup> hoje tem a qualidade que nós, pernambucanos, conhecemos com bastante clareza: a qualidade da oportunidade. Ninguém mais do que o Senador Jarbas é capaz de tocar no momento certo, na hora adequada. Penso que chegou a hora de dar consistência ao seu discurso de hoje, e de o Congresso, o Senado de uma maneira especial se manifestar. Todos os limites foram rompidos – desrespeito integral à segurança jurídica. No passado, ao

longo da última campanha, lembro-me bem de que quando alguém afirmava que a campanha do Presidente Lula ou o Governo do Presidente Lula não fazia nada pelo povo, de fato, aparecia o Bolsa Família. Quando alguém afirmava que havia muita corrupção, aparecia o quê? O espetáculo, a cenografia dos acontecimentos presididos pela Polícia Federal. Era a forma que o Governo tinha para se defender, para dizer perante a grande população que era capaz de punir, que era capaz de fazer justiça? Nada disso; não foi capaz de fazer coisa alguma. Não puniu ninguém.

Estão todos soltos, quando não restabelecidos e no poder, senão de forma absolutamente clara e transparente aí a percorrer Ministérios e fazer favores. Agora prendem gente, gente que, até que se prove o contrário, está fora da linha da suspeita. Vão às casas das pessoas, às 5 horas da manhã, invadem a sua privacidade, com a Polícia Federal, com a televisão atrás. Por que a televisão atrás?

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)** – Os advogados não têm acesso.

**O Sr. Sérgio Guerra (PSDB-PE)** – Os advogados não têm acesso. Todos os atos de violência praticados. Não podemos aceitar isso. Devemos reclamar disso. Não estamos defendendo aqui, pessoalmente, ninguém, muito menos o Senador Jarbas Vasconcelos, todos sabemos disso. Mas que isso é algo que, seguramente, ameaça as instituições democráticas do Brasil, é. E esse Governo quer fazer disso e tem feito disso uma peça publicitária para não responder, verdadeiramente, as verdadeiras denúncias de corrupção que não foram apuradas.



**O Sr. José Agripino (PFL–RN)** – Senador Jarbas, só trinta segundos. Veja V. Ex<sup>a</sup> os dois pesos e as duas medidas. V. Ex<sup>a</sup> viu as cenas da prisão dos alopados? Eram deles; V. Ex<sup>a</sup> viu alguma fotografia, algum filme de alopado algemado?

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE)** – Não.

**O Sr. José Agripino (PFL–RN)** – Hora nenhuma. Alopado era deles. Algema os outros; os alopados, não.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE)** – A Polícia Federal não pode se colocar em hipótese nenhuma, nem hoje, nem ontem, nem muito menos amanhã, acima da lei, acima da Constituição; nem menosprezar, humilhar, subestimar uma instituição como a OAB.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE)** – Quero ouvir, por fim, Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> concordar, sendo mais generoso um pouco, mais do que já é, o nobre Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel (PFL–PE)** – Nobre Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex<sup>a</sup> expressa, nesta tarde, creio, o sentimento da Casa com relação aos fatos que relatou aqui em seu articulado discurso. Na verdade, como aqui lembrou o Líder José Agripino, o que pretendemos é que a Polícia Federal seja de fato uma instituição republicana e que, por isso mesmo, como lembrou com propriedade V. Ex<sup>a</sup>, ela esteja, conseqüentemente, no exato cumprimento da lei. Porque a sociedade democrática é aquela que vive sob o império do Estado de direito, que

outra coisa não é senão o respeito à lei fundamental. A Lei fundamental, inicialmente, que é a Constituição, e as leis complementares e as demais disposições legais existentes sobre essa matéria. Por isso quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> traz, portanto, à nossa reflexão uma questão muito importante e que, de alguma forma, presta também uma contribuição para que o País fortaleça suas instituições e persevere no exato cumprimento da lei. Portanto, meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti (Bloco/PT–SC)** – Senador Jarbas.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE)** – Obrigado, Senador Marco Maciel por se incorporar ao meu discurso. Ouço o Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT–AC)** – Lembro aos Srs. Senadores que temos o tempo do orador esgotado e que tenham o máximo de objetividade; a seguir teremos a Ordem do Dia com nomes de Ministros de Estado, e a Mesa tem o cuidado para que haja o cumprimento do Regimento. Estamos além do tempo regimental para a Ordem do Dia.

**O Sr. Mão Santa (PMDB–PI)** – Senador Jarbas, Rui disse: “O homem que não luta pelos seus direitos, não merece viver”. V. Ex<sup>a</sup> traduziu com aquele inicial conto o recuo daquilo que conseguimos: as liberdades democráticas, o Estado de direito, mas eu queria lembrar que V. Ex<sup>a</sup> pro país pense que Cuba existe. Nós não queremos aquilo... Venezuela, Bolívia, Nicarágua e, agora, o Equador. Foi tão rápido, então nós não podemos recuar e V. Ex<sup>a</sup> presta ao país essa reflexão de coragem que nós temos que lutar como Rui Barbosa pelos direitos democráticos.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE)** –  
Ouço o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL–PI)** – Senador Jarbas Vasconcelos, atendendo ao pedido do sempre cortês e gentil Presidente, vou ser telegráfico. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo tema. É evidente que esse é apenas um discurso inicial. O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> vai remeter a análises mais profundas nesta Casa sobre essa questão. V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão: abuso de poder no Brasil jamais. Já se lutou muito para acabar com isso. Muito obrigado.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB–PE)** –  
Pois não, Senadora. Não tinha percebido inicialmente sua intenção de apartear-me.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti (Bloco/PT–SC)** – Senador Jarbas Vasconcelos, em primeiro lugar, a Polícia Federal, no Brasil, vem realizando um trabalho que já foi motivo de muitos elogios nesta Casa. Muitos discursos foram feitos a respeito do trabalho que ela vem desenvolvendo, desmontando e investigando situações que, durante muitas décadas, passaram, infelizmente, despercebidas. A Polícia Federal só tem o direito de fazer prisão em duas situações: em flagrante ou com ordem judicial. Até prova em contrário, nenhuma das prisões realizadas nessas inúmeras, dezenas, centenas de operações da Polícia Federal, pelo menos de que eu tenha conhecimento, ocorreram descumprindo-se esta ordem institucional: flagrante ou ordem judicial. Eu não tenho conhecimento disso. Posso estar enganada, mas não tenho. Tivemos, agora em Santa Catarina, uma operação de grande repercussão – algumas pessoas foram presas e prestaram depoimentos, a maioria já foi solta, e alguns lá permanecem. A população de

Florianópolis não só colocou cartazes elogiando a operação como se organizou e foi aplaudir a Polícia Federal na frente do prédio.

Com relação a partidização, Senador Jarbas Vasconcelos, quero dizer o seguinte: tivemos vários ministros filiados a partidos no Ministério da Justiça, e todos honraram o País. Lembro-me de pelo menos três nomes do Partido de V. Ex<sup>a</sup>: o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, que foi Ministro da Justiça; Nelson Jobim foi Ministro da Justiça, e o Senador Íris Rezende foi Ministro da Justiça. Portanto, quanto a essa discussão sobre partidização, as pessoas ocupam o Ministério e respondem pelos seus atos.

Quero dizer que são todas autoridades que merecem o respeito pelos partidos que integram, mas também merecem respeito pelo trabalho que realizam à frente do Ministério da Justiça. Portanto, não poderia aqui entender a partidização como um demérito, porque tivemos grandes Ministros da Justiça vinculados ao Partido de V. Ex<sup>a</sup>. Tenho certeza de que o Ministro Tarso Genro fará também um trabalho excelente e à altura do Ministério ocupado por tantos peemedebistas ao longo do último período.

**O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT-AC)** – Senador Jarbas Vasconcelos, peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE)** – Vou encerrar.  
Se a Senadora Ideli tivesse prestado um pouquinho mais de atenção, a primeira parte do seu aparte seria inválida, porque o primeiro discurso que aqui fiz, no dia 1º de março, de denúncia com relação à coalizão que o

Governo engendrou, eu falei das ações da Polícia Federal e elogiei o êxito de suas operações, mas não posso concordar com o abuso. A Polícia Federal pode intimidar a muitos, mas não vai intimidar este orador e – acredito – não vai intimidar a Casa e milhões de brasileiros.

Quanto ao fato de a Polícia Federal agir com ordem judicial, primeiro, há uma denúncia séria que precisa ser apurada, de que ela está gravando antes para pedir a permissão posterior ao juiz. É uma denúncia que não posso afirmar categoricamente. Ela tem desrespeitado a OAB tanto quanto desrespeitou a ditadura implantada pelo golpe militar de 1º de abril de 1964. Existe advogado de porta de cadeia e existe o advogado que vai à porta da cadeia tentar liberar o seu cliente, e este tem sido desrespeitado, muitas vezes pilheriado, por agentes da Polícia Federal. Isso é um absurdo e tem de ser reprimido, porque, daqui a pouco, ela vai buscar aquele que está sendo ofendido, aquele que está sendo acusado e, daqui a pouco, vai buscar quem não está sendo acusado.

O fato, Senadora, das palmas. Se eu fosse ouvir a opinião pública, eu não teria vindo à tribuna hoje. O povo bate palmas – analisei isso no meu discurso, o equívoco. Lembro à senhora que todos os regimes fortes começaram assim. Jango caiu em 1º de abril de 1964, e, na mesma semana, houve passeatas pela família, pela fé, por isso ou por aquilo, com milhões de pessoas em São Paulo, no Rio de Janeiro, na cidade do Recife. Eu era bem jovem àquela época e vi milhares de pessoas batendo palmas e pedindo o golpe, pedindo que o Exército e as Forças Armadas depusessem um Presidente da República legitimamente eleito.

O registro está feito, a Casa precisa ficar atenta, a imprensa tem cumprido o seu papel, sobretudo a mídia escrita tem denunciado tudo isso. É preciso que vozes como essa que veio aqui hoje e outras não tolerem os abusos repetidos, reiterados, praticados pela Polícia Federal do Brasil.

Muito Obrigado

## **TRABALHOS PUBLICADOS:**

- Um Análise da Economia Canavieira de PE (1972)
- Liberdade e Desenvolvimento (1973)
- O Papel da Oposição (1978)
- Constituinte Já! A Solução da Crise (1978)
- Pernambuco: Descaso e Miséria (1983)
- Denúncias Contra o Governo e o Regime (1984)
- A Oposição Exercida Como Direito (2007)

### **Endereço para correspondências:**

Senador Jarbas Vasconcelos  
Senado Federal  
Ala Sen. Dinarte Mariz, Gab 4  
70165-900 – Brasília/DF

**Telefone:**

(61) 3311-1284

**Fax:**

(61) 3311-1977

**e-mail:**

[Jarbas.vasconcelos@senador.gov.br](mailto:Jarbas.vasconcelos@senador.gov.br)

Foto da Capa: A Acrópole de Atenas, a mais conhecida e famosa das acrópoles (cidade alta) da Grécia, berço da democracia.